

***DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONGLOMERADO
PRUDENCIAL***

30 de junho de 2018 e 2017



**MERCANTIL
DO BRASIL**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

ATIVO	MB Prudencial		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	MB Prudencial	
	2018	2017		2018	2017
CIRCULANTE	5.044.588	5.729.696	CIRCULANTE	2.223.161	3.088.207
DISPONIBILIDADES	435.837	360.210	DEPOSITOS (Nota 11.1.)	1.344.793	1.811.477
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	640.593	1.178.232	Depósitos à Vista	233.060	251.728
Aplicações no Mercado Aberto	600.051	1.144.692	Depósitos de Poupança	181.577	177.070
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	40.542	33.540	Depósitos Interfinanceiros	41.122	23.726
			Depósitos a Prazo	889.034	1.358.953
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.)	266.588	48.032	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	144.232	303.583
Carteira Própria	173.888	33.881	Carteira de Terceiros (Nota 4.)	144.232	303.583
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	11.121	4.749			
Vinculados à Prestação de Garantias	46.604	9.402	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	261.402	378.260
Vinculados ao Banco Central	34.975	-	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	261.402	378.260
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	106.767	106.739	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	12.324	23.581
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8.605	15.253	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	12.324	23.581
Créditos Vinculados:					
Depósitos no Banco Central (Nota 6.)	98.162	91.468			
Correspondentes	-	18			
			RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	6.563	5.358
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4.869	2.533	Recursos em Trânsito de Terceiros	6.563	5.358
Transferências Internas de Recursos	4.869	2.533			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)	2.796.804	2.892.637	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	1.861	-
Operações de Crédito:			Outras Instituições	1.861	-
Setor Privado	3.131.732	3.141.914			
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	53.349	164.574			
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(388.277)	(413.851)	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.2.)	-	64
			Instrumentos Financeiros Derivativos	-	64
OUTROS CRÉDITOS	461.388	861.521	OUTRAS OBRIGAÇÕES	451.986	565.884
Carteira de Câmbio:			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 12.1.)	11.296	16.838
Câmbio Comprado a Liquidar	99.897	65.097	Carteira de Câmbio:		
Direitos sobre Vendas de Câmbio	616	-	Câmbio Vendido a Liquidar	617	-
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.)	4.200	20.586	Obrigações por Compra de Câmbio	82.740	45.453
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	2.635	811	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.)	(82.740)	(45.453)
Negociação e Intermediação de Valores	522	1.371			
Diversos:			Sociais e Estatutárias (Nota 12.2.)	7.683	6.095
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	238.771	344.404	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	25.542	27.236
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	15.771	18.743	Negociação e Intermediação de Valores	1.164	1.884
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	13.442	9.118	Diversas:		
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	1.034	1.734	Obrigações por Convênios Oficiais	132.272	128.467
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	84.041	259.483	Obrigações por Aquisições de Bens e Direitos	3.651	5.669
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	57	78	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.)	2.319	2.563
Adiantamentos e Antecipações Salariais	10.341	16.589	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	46.270	160.654
Devedores Diversos (Nota 8.7.)	38.578	131.806	Provisão para Pagamentos a Efetuar	44.974	39.586
Outros	3.073	695	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.)	8.380	2.415
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(51.590)	(8.994)	Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	30.302	25.998
			Cretores Diversos - País (Nota 12.5.)	136.656	146.710
OUTROS VALORES E BENS	331.742	279.792	Outras	860	1.769
Outros Valores e Bens (Nota 9.1.)	356.046	252.970			
(Provisões para Desvalorizações)	(48.709)	(13.868)			
Despesas Antecipadas (Nota 9.2.)	24.405	40.690			

ATIVO	MB Prudencial		PASSIVO	MB Prudencial	
	2018	2017		2018	2017
NÃO CIRCULANTE	4.005.830	4.386.408	NÃO CIRCULANTE	5.991.939	6.280.307
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.750.340	4.113.687	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.991.461	6.279.637
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	14.171	56.197	DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	4.757.950	5.012.296
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.171	56.197	Depósitos Interfinanceiros	21.218	32.773
			Depósitos a Prazo	4.736.732	4.979.523
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.)	966.758	1.094.972	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	69.899	174.085
Carteira Própria	790.275	679.263	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	69.899	174.085
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	51.514	22.761			
Vinculados a Prestação de Garantias	96.702	392.948	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5.2.)	-	22
Vinculados ao Banco Central.....	28.267	-	Instrumentos Financeiros Derivativos.....	-	22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.1.)	2.123.859	2.337.906	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.163.612	1.093.234
Operações de Crédito :			Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	12	640
Setor Privado	2.355.629	2.500.225	Diversas:		
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	38.555	109.244	Provisão para Outros Passivos (Nota 12.4.)	258.431	270.272
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(270.325)	(271.563)	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.).....	807	278
OUTROS CRÉDITOS	623.334	577.940	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.).....	241.108	132.016
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	7.000	7.000	Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	582.250	515.466
Diversos :			Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.).....	55.080	157.228
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	316.082	258.888	Provisão para Pagamentos a Efetuar	6.315	-
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	509	2.823	Outras.....	19.609	17.334
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 8.2.)	220.585	217.097	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	478	670
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	9.619	13.478	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	478	670
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	1.250	9.451			
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	78.146	78.993	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	835.318	747.590
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(9.857)	(9.790)	PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	42.061	41.739
OUTROS VALORES E BENS	22.218	46.672	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13.)	793.257	705.851
Despesas Antecipadas (Nota 9.2.)	22.218	46.672	CAPITAL (Nota 13.1.)	492.708	433.340
PERMANENTE	255.490	272.721	De Domiciliados no País	433.340	433.340
INVESTIMENTOS (Nota 10.1.)	87.313	106.395	Aumento de Capital	59.368	-
Participações em Coligadas e Controladas - No País:			RESERVAS DE CAPITAL (Nota 13.2.)	43.375	42.743
Controladas	134.066	153.137	Reservas de Ajos por Subscrição de Ações	43.375	42.743
Outros Investimentos	1.940	1.847	RESERVAS DE REAVIAÇÃO (Nota 13.3.)	138	147
(Provisões para Perdas)	(48.693)	(48.589)	Coligadas e Controladas	138	147
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10.2.)	126.017	125.595	RESERVAS DE LUCROS (Nota 13.2.)	267.531	237.030
Imóveis de Uso	18.245	27.005	Reserva Legal	63.547	61.364
Outras Imobilizações de Uso	209.424	182.936	Reservas Estatutárias	203.984	175.666
(Depreciações Acumuladas)	(101.652)	(84.346)	Para Pagamento de Dividendos	5.503	2.671
INTANGÍVEL (Nota 10.3.)	42.160	40.731	Para Aumento de Capital	198.481	172.995
Ativos Intangíveis	120.052	105.736	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(10.495)	(7.409)
(Amortização Acumulada)	(77.892)	(65.005)	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.050.418	10.116.104
TOTAL DO ATIVO	9.050.418	10.116.104			

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - PRUDENCIAL
Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em R\$ mil

	MB Prudencial	
	2018	2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.213.358	1.451.325
Operações de Crédito (Nota 17.1.)	1.043.818	1.140.119
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	64.095	139.737
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.).....	52.440	(4.350)
Resultado de Operações de Câmbio	18.625	4.801
Resultado das Aplicações Compulsórias	7.384	14.926
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	26.996	156.092
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(619.825)	(838.915)
Operações de Captação no Mercado (Nota 17.2.)	(315.289)	(456.237)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(6.549)	(615)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.)	(10.661)	(29.218)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.2.).....	(287.326)	(352.845)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	593.533	612.410
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(498.697)	(570.878)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18.1.)	125.347	120.329
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas	20.417	21.672
Rendas de Tarifas Bancárias	104.930	98.657
Despesas de Pessoal (Nota 18.2.)	(188.428)	(202.192)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18.3.).....	(270.880)	(300.401)
Despesas Tributárias (Nota 18.4.)	(55.759)	(58.343)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10.1.).....	4.526	7.791
Equivalência Patrimonial	4.526	7.791
Outras Receitas Operacionais	22.430	31.191
Variações Monetárias Ativas (Nota 18.5.).....	4.884	11.354
Recuperação de Encargos e Despesas	4.030	4.361
Reversão de Provisões	4.661	7.025
Outras Receitas (Nota 18.6.)	8.855	8.451
Outras Despesas Operacionais	(135.933)	(169.253)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais.....	(1.053)	(3.499)
Descontos Concedidos (Nota 18.7.).....	(28.922)	(53.949)
Variações Monetárias Passivas	(1.600)	(4.168)
Apropriação Indébita	(632)	(3.022)
Despesas de Caráter Eventual (Nota 18.8.).....	(25.416)	(15.273)
Outras Despesas (Nota 18.9.).....	(78.310)	(89.342)
RESULTADO OPERACIONAL.....	94.836	41.532
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19.).....	(29.638)	(22.696)
Receitas	4.409	12.593
Despesas	(34.047)	(35.289)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	65.198	18.836
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20.).....	(30.965)	(5.612)
Provisão para Imposto de Renda	(5.556)	627
Provisão para Contribuição Social	(4.498)	426
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.1.).....	(20.911)	(6.665)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(5.002)	(3.542)
Empregados	(5.002)	(3.542)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	(1.707)	431
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE (Nota 13.2.).....	27.524	10.113

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PRUDENCIAL - MÉTODO INDIRETO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em R\$ mil

	MB Prudencial	
	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	65.198	18.836
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	374.218	414.443
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas.....	112.615	31.485
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	(65.687)	5.915
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(715)	-
Despesas com Provisão / (Reversão) Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	1.560	9.231
Despesas com Provisão / (Reversão) para Garantias Financeiras Prestadas.....	441	(681)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	287.326	352.845
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	26.469	6.760
Depreciações e Amortizações.....	18.184	15.191
Atualizações Monetárias Ativas.....	(4.884)	(11.354)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(4.526)	(7.791)
Perda de Ativo Diferido e Intangível.....	80	362
(Ganho) / Perda na Alienação de Bens e Investimentos.....	3.421	16.456
Resultado da Participação Minoritária nas Controladas.....	1.707	(431)
(Ganho) / Perda de Capital em Controlada.....	(2.125)	(4.180)
Outros.....	352	635
Lucro Líquido Ajustado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	439.416	433.279
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	101.775	(42.140)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(88.392)	171.076
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	(1.274)	35.891
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	(16.609)	(28.874)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(90.209)	(97.079)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	73.842	(234.578)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	16.231	376
Aumento (Redução) em Depósitos.....	(373.854)	(203.904)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	(62.604)	54.528
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(205.723)	(49.547)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	(114.600)	(119.781)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(48)	17
Caixa Gerado nas Operações.....	(322.049)	(80.736)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(6.922)	(3.060)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) em Atividades Operacionais.....	(328.971)	(83.796)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Alienação de Ativos Disponíveis para Venda.....	82.934	-
Alienação de Ativos Mantidos até o Vencimento.....	20.123	8.271
Alienação de Investimentos.....	14	94
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	15.587	25.238
Alienação de Imobilizado de Uso.....	8.514	7
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	(45.864)	(223.503)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	-	(14.887)
Aquisição de Investimentos.....	(2)	(95)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(17.854)	(20.188)
Aplicações no Diferido / Intangível.....	(9.065)	(9.731)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) em Atividades de Investimento.....	54.387	(234.794)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior.....	(24.153)	(23.925)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	(3.461)	(3.429)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos.....	(2.430)	(11.608)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	2.033	2.471
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	(14.068)	(7.836)
Aumento / (Cancelamento) de Capital - Acionistas não Controladores.....	459	(147.099)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) em Atividades de Financiamento.....	(41.620)	(191.426)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(316.204)	(510.016)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do período.....	1.207.145	1.711.334
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	715	-
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do período.....	891.656	1.201.318
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	(316.204)	(510.016)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PRUDENCIAL

Para o semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO	LUCROS	PARTICIPAÇÃO DOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVALIAÇÃO	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	PATRIMONIAL	ACUMULADOS	NÃO CONTROLADORES	CONSOLIDADO
				CONTROLADAS						
SALDOS EM 01/01/2018	433.340	59.368	43.375	142	62.171	177.832	(9.938)	-	42.413	808.703
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(557)	-	-	(557)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	27.524	-	27.524
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	(352)	(352)
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	-	1.376	26.152	-	(27.528)	-	-
SALDOS EM 30/06/2018	433.340	59.368	43.375	138	63.547	203.984	(10.495)	-	42.061	835.318
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(4)	1.376	26.152	(557)	-	(352)	26.615
SALDOS EM 01/01/2017	433.340	-	42.743	151	60.858	168.168	(4.920)	-	193.280	893.620
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(2.489)	-	-	(2.489)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	10.113	-	10.113
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	-	-	-	-	-	-	(151.541)	(151.541)
DESTINAÇÕES:										
Reservas.....	-	-	-	-	506	7.498	-	(8.004)	-	-
PROVISÃO GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS (Res. 4512/16) ..	-	-	-	-	-	-	-	(2.113)	-	(2.113)
SALDOS EM 30/06/2017	433.340	-	42.743	147	61.364	175.666	(7.409)	-	41.739	747.590
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(4)	506	7.498	(2.489)	-	(151.541)	(146.030)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 152 agências e 78 Postos de Atendimento, uma agência no exterior, em *Grand Cayman*, e um quadro de 2.871 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2018 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras no conglomerado prudencial incluem os saldos contábeis da agência no exterior descrito na nota nº 2.3.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 09/08/2018.

2.2. Demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas, dentre outras normas, à Circular Bacen nº 3.701/14 e à Resolução CMN nº 4.280/13 que instituiu as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos do art. 1º e 4º da Resolução CMN nº 4.280/13, contemplam o Banco e empresas financeiras, relacionadas abaixo.

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Jun / 2018	Jun / 2017
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,50	78,77
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,60	85,60
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	Securitizadora de crédito	100,00	-

⁽¹⁾ Em 01 de setembro de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração do objeto social da COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros para COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros passando a exercer a atividade de Securitizadora de créditos. A partir da data de referida alteração, a COSEFI passa a fazer parte do Conglomerado Prudencial.

Em maio de 2017 houve a incorporação da subsidiária integral MBL, conforme deliberado em AGE de 31 de maio de 2017, sem a ocorrência de ágio ou deságio na operação, com versão da integralidade do seu acervo patrimonial para o Banco, que sucedeu à incorporada a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 227 da Lei nº 6.404/76 e normas complementares.

O Banco Mercantil de Investimentos S.A., por Reunião do Conselho de Administração, de 11 de dezembro de 2017, deliberou o aumento de capital social no valor de R\$ 60.000, com emissão de 3.000.000 novas ações ordinárias nominativas escriturais ao preço de emissão de R\$ 20,00 reais por ação. Neste contexto, o Banco Mercantil do Brasil S.A. subscreveu e integralizou 2.977.048 ações, perfazendo o investimento no montante de R\$ 59.540. O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 04 de maio de 2018. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.bancobmi.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

Foram excluídas destas demonstrações consolidadas prudenciais as seguintes empresas controladas que nessas demonstrações são mantidas como investimento, no entanto, são consolidadas pelas práticas contábeis aplicáveis para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Empresas não Consolidadas

Empresa	Atividade	Participação - %	
		Jun / 2018	Jun / 2017
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. (Controlada Indireta)	Corretagem de Seguros	76,07	76,07
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

⁽¹⁾ Denominação social e objeto social alterados conforme AGE, de 27 de abril de 2017.

2.3. Agência no exterior

O Banco iniciou as operações de sua agência (*full branch*) em *Grand Cayman*, em dezembro de 2006, com o objetivo de desenvolver e expandir novas atividades relacionadas ao mercado de capitais nacional e internacional, viabilizando novos fluxos e estoques financeiros, administração de ativos e operações estruturadas nesse segmento, funcionando, em essência, como uma extensão das atividades do Banco.

Os saldos contábeis da agência são como segue:

Descrição	R\$ mil		US\$ mil	
	Jun / 2018	Jun / 2017	Jun / 2018	Jun / 2017
Ativos circulante e não circulante	57.200	48.053	14.836	14.525
Disponibilidades	194	1.733	50	523
Títulos e valores mobiliários	10.618	6.616	2.754	2.000
Operações de crédito	46.160	39.510	11.973	11.943
Outros valores e bens	213	182	55	55
Permanente	15	12	4	4
Passivos circulante e não circulante	1	1	-	-
Outras obrigações	1	1	-	-
Patrimônio líquido	57.199	48.052	14.836	14.525
Lucro líquido do período	8.629	831	2.238	251

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos pré-fixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro-rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As informações financeiras da agência no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais, que é a moeda funcional do Banco, pela taxa de câmbio de fechamento do balanço.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de junho de 2018, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 3,8552 (Em 30 de junho de 2017: US\$ 1,00 = R\$ 3,3082).

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- a) Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção, ou obrigação, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- c) Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção *hedge* ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08, estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira “*pro-rata temporis*” (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente, pela Administração, para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logísticos. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- a) Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b) Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.

- c) Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- d) Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00% sobre o lucro tributável até agosto de 2015, sendo majorada para 20% a partir de setembro de 2015, prevalecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei nº 13.169/15. Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentação complementar.

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas, são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, nas rubricas de despesas e de receitas financeiras, respectivamente, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, procede-se da seguinte forma:

- a) Os juros sobre o capital próprio pagos e a pagar são eliminados das despesas financeiras e são apresentados a débito de lucros acumulados.
- b) Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reclassificados para a rubrica de “Resultado da Equivalência Patrimonial”. O saldo de juros sobre o capital próprio a receber é registrado na rubrica de “Rendas a Receber”.

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Disponibilidades	435.837	360.210
Aplicações interfinanceiras de liquidez	455.819	841.108
Total	891.656	1.201.318

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Aplicações no mercado aberto		
Posição bancada	455.819	841.108
Letras Financeiras do Tesouro	76.510	508.693
Letras do Tesouro Nacional	50.350	162.418
Notas do Tesouro Nacional	328.959	169.997
Posição financiada	144.232	303.584
Letras Financeiras do Tesouro	23.501	70.003
Letras do Tesouro Nacional	49.659	133.583
Notas do Tesouro Nacional	71.072	99.998
Subtotal	600.051	1.144.692
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	54.713	89.737
Subtotal	54.713	89.737
Total	654.764	1.234.429
Circulante	640.593	1.178.232
Não circulante	14.171	56.197

A posição financiada tem como contrapartida no passivo “captação no mercado aberto” que se refere, basicamente, por recompras a liquidar de carteira de terceiros.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Títulos e valores mobiliários

Descrição	Custo		Mercado	
	Jun / 2018	Jun / 2017	Jun / 2018	Jun / 2017
Títulos / Vencimentos				
Títulos para Negociação				
Ações	2.250	2.250	-	-
Indeterminado	2.250	2.250	-	-
Total	2.250	2.250	-	-
Títulos Disponíveis para Venda				
Cotas de Fundos de Participante de Negociação e Membro de Compensação	4.168	-	4.168	-
De 5 a 10 anos	4.168	-	4.168	-
Notas promissórias	30.464	17.502	30.159	17.327
De 31 a 60 dias	-	17.502	-	17.327
De 1 a 2 anos	30.464	-	30.159	-
LFT	1.068.661	1.046.744	1.069.012	1.046.864
De 61 a 90 dias	112.753	6.245	112.750	6.245
De 181 dias a 1 ano	118.197	4.996	118.183	4.996
De 1 a 2 anos	198.338	215.091	198.283	215.028
De 2 a 3 anos	270.102	184.720	270.174	184.580
De 3 a 4 anos	297.603	291.972	297.812	291.976
De 4 a 5 anos	71.668	277.021	71.810	277.197
De 5 a 10 anos	-	66.699	-	66.842
Debêntures	44.953	45.667	43.744	44.687
De 91 a 180 dias	4.557	-	4.463	-
De 180 dias a 1 ano	9.645	-	9.453	-
De 1 a 2 anos	-	10.902	-	10.793
De 2 a 3 anos	23.106	-	22.412	-
De 3 a 4 anos	7.645	6.839	7.416	6.805
De 4 a 5 anos	-	27.926	-	27.089
Total	1.148.246	1.109.913	1.147.083	1.108.878
Mantidos até o Vencimento				
BONDS	10.618	6.616	10.618	6.616
De 31 a 60 dias	10.618	6.616	10.618	6.616
Debêntures	8.633	-	8.633	-
De 2 a 3 anos	2.158	-	2.158	-
De 3 a 4 anos	6.475	-	6.475	-
Fundo de investimentos em direitos creditórios	4.377	-	4.377	-
De 5 a 10 anos	4.377	-	4.377	-
Total	23.628	6.616	23.628	6.616
Total Geral	1.174.124	1.118.779	1.170.711	1.115.494
Valor Contábil	-	-	1.170.711	1.115.494
Diferencial a receber - Swap	-	-	62.635	27.510
Total Contábil	-	-	1.233.346	1.143.004
Circulante	-	-	266.588	48.032
Não circulante	-	-	966.758	1.094.972

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3.

Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação, divulgada pela B3 no último dia útil do mês.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's) referem-se a cotas subordinadas adquiridas pela controlada "Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

As debêntures classificadas na categoria mantidos até o vencimento são da espécie subordinadas, de emissão de securitizadora de mercado. São registrados utilizando-se, respectivamente, o "PU" apurado através de metodologia interna que se baseia em dados de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3.

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para Negociação" são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio, de taxa de juros e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como "V@R" não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação				Valor Patrimonial			
	Valor de referência		Valor justo		A receber		A pagar	
	Jun/2018	Jun/2017	Jun/2018	Jun/2017	Jun/2018	Jun/2017	Jun/2018	Jun/2017
Contrato de Swap^(I)								
Posição ativa	349.908	262.541	465.068	418.342	62.635	27.510	-	(86)
Moeda estrangeira								
Posição passiva	349.908	262.541	402.432	390.918	62.635	27.510	-	(86)
Taxas – (CDI)	260.803	262.541	303.912	390.918	50.534	27.510	-	(86)
Pré-fixado	89.105	-	98.520	-	12.101	-	-	-
Contrato de Futuro - Dólar^(II)								
Compromisso de Compra	9.712	14.971	9.758	14.980	-	-	-	-
Moeda estrangeira								
Contrato de Futuro - DI^(III)								
Compromisso de Compra	-	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de Juros								
Total					62.635	27.510	-	(86)
Circulante					11.121	4.749	-	(64)
Não circulante					51.514	22.761	-	(22)

^(I) As operações de swap tem como objetivo a proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas (Vide nota nº 11.3.).

(II) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor mercado diariamente e ajustadas na B3.

(III) A operação com Contrato Futuro de DI, contratada com a finalidade de proteger parcialmente as exposições prefixadas do Banco, foi liquidada em 07/06/2018.

Segue abaixo os instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento

Descrição	Mercado de registro	Faixa de Vencimento			Valor referencial
		De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Swap	B3	12.588	12.184	325.136	349.908
Contrato de Futuro - Dólar		9.712	-	-	9.712
Contrato de Futuro - DI		-	-	-	-
Total em 30/06/2018		22.300	12.184	325.136	359.620
Total em 30/06/2017		27.585	12.192	237.735	277.512

5.2.1. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de "Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos", os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Jun / 2018			Jun / 2017		
	Ganho	Perda	Resultado líquido	Ganho	Perda	Resultado líquido
Contrato de Swap	69.920	(20.573)	49.347	7.764	(11.742)	(3.978)
Contrato de Futuro - Dólar	5.503	(4.197)	1.306	5.312	(5.684)	(372)
Contrato de Futuro - DI	9.099	(7.312)	1.787	-	-	-
Total	84.522	(32.082)	52.440	13.076	(17.426)	(4.350)

5.2.2. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

Para parte das captações no exterior, o Banco realiza *hedge accounting* na mesma moeda, visando eliminar a exposição ao risco de variação cambial.

A efetividade das operações de *hedge accounting* (conforme Circular Bacen nº 3.082/02) são verificadas através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação cambial nas operações de *hedge accounting* é equivalente ao gerado nas operações objeto de *hedge*.

Objeto de <i>Hedge</i>	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Jun / 2018	Jun / 2017	Jun / 2018	Jun / 2017
Captação Externa - Passivo	489.404	419.889	472.622	421.410
Total	489.404	419.889	472.622	421.410

Instrumento de <i>Hedge</i>	Valor de referência		Valor justo	
	Jun / 2018	Jun / 2017	Jun / 2018	Jun / 2017
Captação Externa - Passivo				
Posição ativa				
Moeda estrangeira	349.908	262.541	465.068	418.342
Posição passiva	349.908	262.541	402.432	390.918
Taxas – (CDI)	260.803	262.541	303.912	390.918
Pré-fixado	89.105	-	98.520	-

Nos semestres, não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.3. Instrumento de *Hedge* não Derivativo

O Banco utiliza suas posições ativas representadas por operações de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e investimentos no exterior (Patrimônio Líquido da Agência em Cayman) como *hedge* natural de uma parcela da captação externa de modo a garantir adequada proteção contra risco cambial.

A utilização do *hedge* natural permite uma redução das posições de derivativos e conseqüentemente dos riscos envolvidos, dos custos operacionais e financeiros decorrentes da manutenção destas posições.

Nesta estrutura, os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos e passivos e são conforme segue:

Instrumentos Financeiros de Proteção não Derivativos - <i>Hedge</i> Natural				
Tipo	Natureza	Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Objeto de <i>hedge</i>	Passivo	Captação Externa	130.326	111.187
Total			130.326	111.187
<i>Hedge</i> Natural	Ativo	Investimento no Exterior ⁽¹⁾	99.727	85.563
		Operações Ativas - ACC	30.842	26.461
Total			130.569	112.024

⁽¹⁾ Já considerando o efeito fiscal do *hedge* do investimento no exterior.

5.4. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, mensurados a valor justo pela administração.

Foram então considerados os Derivativos, a Captação Externa (Dívida Subordinada) e os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) que não estão classificados como mantidos até o vencimento. Em razão das incertezas quanto ao comportamento da taxa de câmbio, a Instituição optou por proteger o descasamento de moeda estrangeira através do mercado futuro. Ressalta-se que os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil, na sua grande maioria, são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) da captação externa e demais posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que teve como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de um ano, o dólar a R\$ 3,97 e a taxa de juros a 7,50 % ao ano.

Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 29/06/2018 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 4,82 e a taxa de juros 9,47% ao ano.

Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 29/06/2018 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 5,78 e a taxa de juros 11,37% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Operação	Efeito na variação do valor justo		Cenários		
	Fatores de Risco	Componentes	I ⁽¹⁾	II	III
Captação Externa com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ⁽¹⁾	Derivativo (ponta ativa swap)	12.743	111.630	222.999
		Dívida em USD	(12.949)	(113.577)	(227.153)
		Efeito Líquido	(206)	(1.947)	(4.154)
	Cupom Cambial ⁽¹⁾	Derivativo (ponta ativa swap)	1.954	(8.900)	(17.562)
		Dívida em USD	(1.448)	6.579	12.958
		Efeito Líquido	506	(2.321)	(4.604)
	Taxa de Juros Pré-fixada	Derivativo (ponta passiva swap)	260	(3.945)	(8.979)
Taxa de Juros Pré-fixada (% CDI)	Derivativo (ponta passiva swap)	(268)	(4.352)	(9.980)	
Exposição Cambial com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ⁽¹⁾	Derivativo (ponta ativa futuro)	12	(2.428)	(4.856)
		Descasamento em USD	(28)	2.410	4.820
		Efeito Líquido	(16)	(18)	(36)
	Taxa de Juros Pré-fixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	1	(11)	(18)
Títulos e Valores Mobiliários	Renda Fixa	Debêntures	(6.603)	(10.936)	(21.872)
Total sem correlação			-	(23.530)	(49.643)
Total com correlação			(6.326)	(21.966)	(46.052)
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(3.796)	(13.179)	(27.631)

⁽¹⁾ A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e na dívida são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

⁽¹⁾ Os efeitos do cenário I, por este estar baseado em projeções de mercado, já consideram a correlação entre as variações dos fatores de risco.

O quadro evidencia a importância do hedge da captação externa, já que os significativos efeitos no resultado proveniente das variações, principalmente do dólar nos cenários II e III, no valor desta dívida é praticamente neutralizado pelos efeitos em sentido contrário na ponta ativa do swap. Ressalta-se que a referida proteção não atingiu sua completude devido há um distanciamento natural entre o hedge e seu objeto. Não atingindo assim uma proteção perfeita.

Ressalta-se que essa análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. O Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota explicativa nº 22.), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados, no conglomerado prudencial, são como segue:

Recolhimentos compulsórios	Jun / 2018	Jun / 2017
Sobre depósitos à vista	22.992	67.112
Sobre depósitos de poupança	68.456	18.069
Direcionamento microcrédito	4.854	6.287
Direcionamento crédito rural	1.860	-
Total – Circulante	98.162	91.468

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Operações de crédito	5.579.265	5.915.957
Devedores por compra de valores e bens	16.280	21.566
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	4.200	20.586
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	82.740	45.453
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 8.5.)	67.993	71.604
Total	5.750.478	6.075.166
Circulante	3.355.785	3.462.874
Não circulante	2.394.693	2.612.292

7.2. Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos:

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Com característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos períodos	693.739	766.691
Constituição de provisão	434.953	532.660
Reversão de provisão	(147.627)	(180.151)
Baixa	(270.780)	(424.767)
Saldos no final dos períodos	710.285	694.433
Sem característica de concessão de crédito		
Saldos no início dos períodos	9.764	9.429
Constituição de provisão	-	2.136
Reversão de provisão	-	(1.800)
Saldos no final dos períodos	9.764	9.765
Efeito no resultado	287.326	352.845
Total	720.049	704.198
Circulante	439.867	422.845
Não circulante	280.182	281.353

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, é como segue:

Descrição	Jun / 2018		Jun / 2017	
	Saldo Contábil	Provisão	Saldo Contábil	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	29.795	220	78.351	619
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	1.222	14	2.859	64
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	58.786	925	76.874	747
Outras fianças bancárias	130.948	1.967	77.652	1.411
Total	220.751	3.126	235.736	2.841

Adicionalmente, tem-se que os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação inicial da norma, em janeiro de 2017, montam em R\$ 3.087, R\$ 1.852 líquidos dos efeitos tributários, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, conforme estabelecido pela Resolução Bacen nº 4.512/16.

7.3. Classificação de nível de risco para as operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica						Total		PCLD		
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços		Total	Jun / 2018	Jun/2017	Jun / 2018	Jun/2017
	Normal	Anormal		Em Curso										
	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Jun / 2018	Jun/2017	Jun / 2018	Jun/2017
AA	101.730	-	101.730	292.596	-	631	-	3.916	-	297.143	398.873	456.050	-	-
A	3.098.883	-	3.098.883	107.175	-	5.719	-	76.289	-	189.183	3.288.066	3.355.257	16.433	16.768
B	202.468	76.061	278.529	108.592	1.235	32.575	329	99.750	4.589	247.070	525.599	463.781	5.255	4.638
C	8.562	30.377	38.939	17.516	15.168	16.498	4.021	96.310	12.306	161.819	200.758	347.246	6.022	10.417
D	42.412	35.020	77.432	75.198	33.269	18.148	12.689	99.082	49.768	288.154	365.586	619.939	36.559	61.994
E	27.903	30.265	58.168	46.941	27.515	2.384	12.662	73.587	27.507	190.596	248.764	226.909	74.629	68.072
F	2.103	26.569	28.672	111.592	36.258	334	64	12.857	12.267	173.372	202.044	102.276	101.022	51.138
G	53.058	37.338	90.396	45.452	6.440	7	729	19.689	5.360	77.677	168.073	74.338	117.650	52.036
H	18.763	171.651	190.414	7.532	50.943	5.162	43.587	9.175	45.902	162.301	352.715	429.370	352.715	429.370
Total	3.555.882	407.281	3.963.163	812.594	170.828	81.458	74.081	490.655	157.699	1.787.315	5.750.478	6.075.166	710.285	694.433

Operações de Crédito Normal – operações com créditos a vencer ou vencidos até 14 dias.

Operações de Crédito Anormal – operações de crédito com 15 ou mais dias de vencidos.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

Classificação por Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
Parcelas vincendas	398.834	3.281.798	441.450	137.532	233.509	150.170	126.796	106.596	40.515	4.917.200	85,50
01 a 30 dias	2.656	427.005	49.283	38.193	44.104	3.422	7.976	1.582	1.412	575.633	10,01
31 a 60 dias	2.534	186.870	24.257	6.188	9.736	2.720	12.731	487	1.093	246.616	4,29
61 a 90 dias	5.889	241.467	30.663	11.516	9.116	2.627	2.309	14.630	1.198	319.415	5,55
91 a 180 dias	10.469	487.497	50.467	17.183	27.294	9.022	67.490	5.138	3.548	678.108	11,79
181 a 360 dias	107.803	629.828	85.317	20.413	31.498	22.466	25.492	22.987	13.995	959.799	16,69
Acima de 360 dias	269.483	1.309.131	201.463	44.039	111.761	109.913	10.798	61.772	19.269	2.137.629	37,17
Vencidas até 14 dias	39	6.268	1.935	1.354	1.331	645	90	11.610	117	23.389	0,41
Total em 30/06/2018	398.873	3.288.066	443.385	138.886	234.840	150.815	126.886	118.206	40.632	4.940.589	85,91
%	6,94	57,18	7,71	2,42	4,07	2,62	2,21	2,06	0,70	85,91	-
Total em 30/06/2017	456.050	3.355.257	397.717	219.091	416.821	93.961	34.855	5.683	47.005	5.026.440	82,74
%	7,51	55,23	6,55	3,61	6,86	1,55	0,57	0,09	0,77	82,74	-
Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	67.058	46.785	94.215	74.999	42.195	24.540	140.154	489.946	8,52
01 a 30 dias	-	-	4.638	3.150	4.708	3.330	2.009	1.231	9.314	28.380	0,49
31 a 60 dias	-	-	4.358	3.141	3.990	2.873	1.867	1.057	7.189	24.475	0,43
61 a 90 dias	-	-	4.020	2.677	3.729	2.751	1.781	973	6.959	22.890	0,40
91 a 180 dias	-	-	10.602	7.347	10.224	8.450	4.714	2.491	16.259	60.087	1,04
181 a 360 dias	-	-	15.778	11.111	17.557	16.113	7.981	6.974	31.255	106.769	1,86
Acima de 360 dias	-	-	27.662	19.359	54.007	41.482	23.843	11.814	69.178	247.345	4,30
Parcelas vencidas	-	-	15.156	15.087	36.531	22.950	32.963	25.327	171.929	319.943	5,57
01 a 14 dias	-	-	-	1.020	1.289	1.297	503	143	970	5.222	0,09
15 a 30 dias	-	-	14.846	2.280	3.819	2.169	1.707	1.186	8.129	34.136	0,59
31 a 60 dias	-	-	310	10.740	4.056	4.233	3.097	7.219	9.922	39.577	0,69
61 a 90 dias	-	-	-	693	25.984	3.818	18.694	1.960	11.346	62.495	1,09
91 a 180 dias	-	-	-	354	1.383	9.999	7.166	12.982	46.840	78.724	1,37
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	1.434	1.796	1.837	82.204	87.271	1,52
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	12.518	12.518	0,22
Total em 30/06/2018	-	-	82.214	61.872	130.746	97.949	75.158	49.867	312.083	809.889	14,09
%	-	-	1,43	1,08	2,27	1,70	1,31	0,87	5,43	14,09	-
Total em 30/06/2017	-	-	66.064	128.155	203.118	132.948	67.421	68.655	382.365	1.048.726	17,26
%	-	-	1,09	2,11	3,34	2,19	1,11	1,13	6,29	17,26	-
Total Geral											
Total em 30/06/2018	398.873	3.288.066	525.599	200.758	365.586	248.764	202.044	168.073	352.715	5.750.478	100,00
%	6,94	57,18	9,14	3,50	6,34	4,32	3,52	2,93	6,13	100,00	-
Total em 30/06/2017	456.050	3.355.257	463.781	347.246	619.939	226.909	102.276	74.338	429.370	6.075.166	100,00
%	7,51	55,23	7,64	5,72	10,20	3,74	1,68	1,22	7,06	100,00	-

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	Jun / 2018	%	Jun / 2017	%
Pessoa Física	3.963.163	68,92	3.753.197	61,78
Pessoa Jurídica	1.787.315	31,08	2.321.969	38,22
Construção civil	256.234	4,46	363.658	5,99
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	177.636	3,09	260.496	4,29
Biocombustíveis e açúcar	149.832	2,61	141.830	2,33
Siderurgia	138.695	2,41	123.593	2,03
Prestação de Serviços	130.810	2,27	144.359	2,38
Materiais de Construção	81.380	1,42	131.433	2,16
Transporte de cargas e logística	82.413	1,43	96.622	1,59
Alimentos	92.638	1,61	112.447	1,85
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	82.238	1,43	93.716	1,54
Soja	47.861	0,83	50.322	0,83
Outros	547.578	9,52	803.493	13,23
Total geral	5.750.478	100,00	6.075.166	100,00

d) Composição da carteira por produto

Produtos	Junho de 2018										Junho de 2017		
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Crédito Consignado INSS	-	1.342.440	47.200	3.710	4.248	2.618	2.046	1.515	18.401	1.422.178	24,73	918.682	15,12
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.013.874	169.147	22.876	19.130	17.556	18.032	16.629	109.118	1.386.362	24,11	1.617.614	26,63
Capital de Giro	1.252	75.331	154.787	147.252	128.356	64.586	27.870	43.780	40.948	684.162	11,90	880.754	14,50
Crédito Rural	301.911	16.960	45.397	382	1.633	23.219	14.872	57.929	2.850	465.153	8,09	451.203	7,43
Renegociação	-	-	-	-	146.853	128.344	46.106	35.395	104.182	460.880	8,01	566.886	9,33
Crédito Consignado Público	-	337.714	33.011	737	8.059	911	1.512	843	6.412	389.199	6,77	566.718	9,33
Cartão de Crédito Consignado	-	235.213	1.505	1.647	934	907	784	889	7.540	249.419	4,34	140.700	2,32
Cheque Especial	152	83.167	5.884	2.392	5.418	2.806	1.628	5.547	18.089	125.083	2,18	102.970	1,69
Crédito Imobiliário	71.723	24.919	1.707	-	-	-	-	-	1.370	99.719	1,73	95.185	1,57
Conta Garantida	4.291	66.335	16.221	4.161	1.583	10	122	171	2.960	95.854	1,67	200.133	3,29
Câmbio	-	-	-	-	-	-	86.940	-	-	86.940	1,51	66.039	1,09
Cheque Empresa	347	5.966	34.712	5.793	10.210	1.705	38	2.734	24.325	85.830	1,49	222.022	3,65
Cartão de Crédito	854	57.093	5.253	1.590	1.707	595	702	860	5.661	74.315	1,29	85.427	1,41
Crédito Pessoal	17.895	10.379	7.827	2.212	14.365	4.445	117	633	3.098	60.971	1,06	87.131	1,43
Financiamento Veículos - CDC	17	6.658	2.113	6.375	1.665	152	69	136	473	17.658	0,31	31.601	0,52
Outros	431	12.017	835	1.631	21.425	910	1.206	1.012	7.288	46.755	0,81	42.101	0,69
Total geral	398.873	3.288.066	525.599	200.758	365.586	248.764	202.044	168.073	352.715	5.750.478	100,00	6.075.166	100,00

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que rendem juros médios ponderados de 1,27% ao ano e representam 5,12%, do total da carteira de operação de crédito, sendo o valor do principal de R\$ 293.154 e dos juros de R\$ 1.075 totalizando R\$ 294.229 em junho de 2018. Em junho de 2017, o valor do principal era R\$ 274.177 e dos juros de R\$ 1.096 totalizando R\$ 275.273.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

O Banco possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios (Operações cedidas com coobrigação), conforme abaixo. Nessas operações, o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados de conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 22.), e retém como benefícios econômicos as receitas apuradas nas operações de cessão de crédito.

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	91.904	273.818
Circulante	53.349	164.574
Não circulante	38.555	109.244
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	101.350	317.882
Circulante	46.270	160.654
Não circulante	55.080	157.228

No semestre, o Banco apurou receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrente de operações cedidas sem retenção de risco, no montante de R\$ 26.996 (R\$ 156.092 em junho de 2017), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 146.836 (R\$ 574.813 em junho de 2017), a valor presente.

No semestre, as despesas com as operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 10.661 (R\$ 29.218 em junho de 2017).

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Créditos tributários

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Imposto de Renda		
Base de Cálculo	1.324.213	1.380.504
Prejuízo fiscal	88.609	73.681
Diferenças temporárias	1.235.604	1.306.823
Total do efeito do IR	331.053	345.126
Contribuição Social		
Base de Cálculo	1.330.212	1.383.050
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	891.289	478.216
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	344.314	828.607
Base negativa à alíquota de 15%	94.609	42.924
Base negativa à alíquota de 20%	-	33.303
Efeito da CSL	216.748	250.552
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	7.052	7.614
Total do efeito da CSL	223.800	258.166
Total	554.853	603.292
Circulante	238.771	344.404
Não circulante	316.082	258.888

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda			
Saldos em 31/12/2017	312.303	24.655	-
Constituição	118.484	-	-
Realização	(122.195)	(2.502)	-
Efeito líquido no resultado	(3.711)	(2.502)	-
Outras	308	-	-
Saldos em 30/06/2018	308.900	22.153	-
Contribuição Social			
Saldos em 31/12/2017	213.841	17.419	7.651
Constituição	66.687	-	-
Realização	(78.159)	(3.226)	(599)
Efeito líquido no resultado	(11.472)	(3.226)	-
Outras	186	-	-
Saldos em 30/06/2018	202.555	14.193	7.052
Total		554.853	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme trata em seu parágrafo 8º.

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 90.817 (R\$ 95.108 em junho de 2017) e estão ativados com realização prevista até 2023.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 3.059/02 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os períodos correspondentes, são conforme seguem:

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2018	Jun / 2017
2017	-	-	-	-	-	220.824
2018	96.213	74.867	(47)	74.820	171.033	195.778
2019	74.717	44.718	2.010	46.728	121.445	54.390
2020	52.558	31.377	744	32.121	84.679	5.430
2021	21.061	12.464	2.648	15.112	36.173	118.560
2022	82.963	51.145	1.556	52.701	135.664	7.763
2023 a 2025	3.541	2.177	141	2.318	5.859	384
2026 a 2027	-	-	-	-	-	163
Total	331.053	216.748	7.052	223.800	554.853	603.292
Valor Presente	269.633	184.000			453.633	510.044

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02, Instrução Normativa SRF nº 213/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2017, revisados em junho de 2018 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

Créditos tributários ativados

A MP nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169/15, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do setor financeiro de 15% para 20% do lucro tributável, no período de setembro de 2015 a dezembro de 2018. Como decorrência, houve a atualização de créditos tributários constituídos sobre adições temporárias que se tornarão dedutíveis dentro do período em que vigorará referida alíquota majorada, em conformidade com o § 2º do artigo 1º da Circular Bacen nº 3.171/02.

8.2. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Depósitos recursais trabalhistas	27.712	25.005
Depósitos judiciais trabalhistas	75.206	79.910
Depósitos judiciais fiscais	97.784	93.598
Depósitos de ações cíveis	19.883	18.584
Total – Não circulante	220.585	217.097

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 12.4.a).

8.3. Impostos a compensar

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
COFINS – Lei nº 9.718/98 ^(I)	7.471	7.234
Contribuição social ^(II)	2.190	3.779
Imposto de renda pessoa jurídica ^(III)	4.368	5.729
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.751	4.269
PIS/COFINS ^(III)	1.313	1.564
Antecipação IRPJ/CSLL	294	13
PERT ^(IV)	3.666	-
Outros	8	8
Total	23.061	22.596
Circulante	13.442	9.118
Não circulante	9.619	13.478

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Não obstante os trânsitos em julgados obtidos nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09.

^(II) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

^(III) Refere-se, basicamente, à recuperação dos tributos COFINS e PIS, da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., recolhidos a maior sobre receitas que não se enquadram no conceito de receita bruta, de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, com redação dada pela Lei nº 12.973/14.

^(IV) Refere-se a créditos tributários, adquiridos de controladas, a serem utilizados na liquidação de tributos, em conformidade com o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de que trata a Lei nº 13.496/2017.

8.4. Pagamentos a ressarcir

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Finsocial ^(I)	-	7.180
Créditos de previdência social ^(II)	282	800
CSLL ^(III)	-	1.044
PIS	-	530
Cofins	968	941
FGTS	476	473
Outros	558	217
Total	2.284	11.185
Circulante	1.034	1.734
Não circulante	1.250	9.451

^(I) Os créditos relativos ao Finsocial decorrem de decisão judicial transitada em julgado da controlada Mercantil do Brasil Financeira S.A., que considerou improcedente o recolhimento desta contribuição, condenando a União a devolver às empresas controladas do Banco os valores recolhidos, atualizados monetariamente. No semestre referido crédito foi reclassificado para a rubrica “Títulos e créditos a receber”, na modalidade de precatórios vide nota nº 8.5.

^(II) Os créditos de previdência social são decorrentes de ação judicial com decisão favorável transitada em julgado da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., relativos a recolhimentos de INSS sobre pró-labore e sobre comissões pagas aos autônomos. Em julho de 2010, o referido crédito foi ajustado de acordo com valor do Requisitório de Pagamento emitido, em 28/06/2010, pela 5ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais.

^(III) Refere-se ao crédito de CSL de outubro de 2002, habilitado junto à Receita Federal do Brasil, no primeiro semestre de 2017, para compensações futuras.

Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante

dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 16.492 (R\$ 15.935 em junho de 2017).

8.5. Títulos e créditos a receber

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Cartão de crédito ^(I)	67.993	71.604
Créditos a receber ^(II)	-	100
Precatórios	43.071	38.242
Direitos creditórios	35.702	35.671
Títulos de capitalização	15.408	17.848
Cessão de créditos	-	174.992
Outros	13	19
Total	162.187	338.476
Circulante	84.041	259.483
Não circulante	78.146	78.993

^(I) Referem-se aos valores devidos pelos clientes referentes às compras efetuadas em cartões de crédito. Os respectivos valores a serem repassados para a administradora de cartão estão registrados em conta do passivo (vide nota nº 12.5.).

^(II) Referem-se, basicamente, aos valores a receber decorrentes da venda dos imóveis, realizadas pela controlada Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.

8.6. Rendas a receber

Refere-se, basicamente, ao reconhecimento de crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. O ajuste refere-se a desfecho favorável, em 2013, em ação judicial através da qual a Cia de Seguros Minas Brasil discutia com a União Federal sua condição de não contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decidida anteriormente em outra ação judicial transitada em julgado.

8.7. Devedores diversos

Refere-se, basicamente, a baixa de parcelas de crédito consignados que foram quitadas através de desconto em folha de pagamento e que aguardam o envio do recurso pelo respectivo Estado.

9. OUTROS VALORES E BENS

9.1. Outros valores e bens

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Imóveis - dação em pagamento	341.224	237.357
Veículos e afins	457	628
Material em estoque	1.333	1.812
Outros bens não de uso	13.032	13.173
Total – Circulante	356.046	252.970

9.2. Despesas antecipadas

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Comissão sobre originação de operações de crédito ^(I)	4.991	11.071
Comissão sobre originação de operações de crédito – Circular Bacen nº 3.693/13 ^(II)	12.570	41.896
Custo de serviço de preparação de documentos e digitação de proposta de negócios ^(III)	546	801
Custos diferidos captações internas e no exterior ^(IV)	1.841	2.464
Custo seguro garantia – fiança	21.344	24.294
Demais despesas antecipadas ^(V)	5.331	6.836
Total	46.623	87.362
Circulante	24.405	40.690
Não circulante	22.218	46.672

^(I) Referem-se, basicamente, às comissões sobre operações de crédito, originadas antes da entrada em vigor da Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas

mensalmente pelo prazo das respectivas operações de crédito, em conformidade com as normas vigentes. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 14.765 (R\$ 22.104 em junho de 2017). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

^(II) Referem-se, basicamente, às comissões de originação de operações de crédito realizadas a partir de 01/01/2015, conforme Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente, no prazo máximo de 36 meses da data da realização das respectivas operações de crédito, observado o prazo máximo de 31/12/2019. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 904 (R\$ 2.199 em junho de 2017). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

^(III) Refere-se ao custo de preparação de documentos e implantação de propostas dos negócios gerados por correspondentes no País, para operações originadas até dezembro de 2014, cuja apropriação das despesas é realizada mensalmente de acordo com os prazos dos contratos, no subgrupo “Outras Despesas Administrativas”, que atingiram até junho de 2018, o montante de R\$ 362 (R\$ 905 em junho de 2017). Os custos relacionados aos créditos cedidos são apropriados integralmente no resultado.

^(IV) Trata-se de custos originados no processo de captação de recursos internos e no exterior, com apropriação pelos respectivos prazos dos títulos emitidos, seguindo o regime de competência contábil.

^(V) Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10. ATIVO PERMANENTE

10.1. Investimentos

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	EMPRESAS				
	MBIA	MACS	MBACSPP	MBEI	TOTAL
	(1)	(2)	(3)	(4)	
Junho de 2018					
Capital social	28.937	4.853	16.113	43.000	92.903
Patrimônio líquido	33.046	6.975	43.674	74.848	158.543
Total de ações	34.044	485.321	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	485.321	14.648	43.000	-
Participação %	100,00	76,07	100,00	100,00	-
Lucro societário do período	(292)	35	4.994	81	4.818
Resultado de participações em coligadas e controladas	(349)	27	4.840	8	4.526
Equivalência patrimonial	(292)	27	4.994	81	4.810
Ajuste da Equiv. Patrimonial - COSEFI (*)	(57)	-	(154)	(73)	(284)
Ajuste de investimentos - COSEFI (*)	(4.614)	-	(12.296)	(5.898)	(22.808)
Valor dos investimentos	28.432	5.306	31.378	68.950	134.066
Junho de 2017					
Capital social	28.937	4.853	14.648	43.000	91.438
Patrimônio líquido	36.968	6.793	29.650	74.519	147.930
Total de ações	34.044	485.321	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	485.321	14.648	43.000	-
Participação %	100,00	76,07	100,00	100,00	-
Lucro societário do período	(593)	74	8.071	256	7.808
Redução de Capital	-	(15)	-	-	(15)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(593)	57	8.071	256	7.791
Valor dos investimentos	36.968	5.167	36.403	74.599	153.137
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.					
(2) Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.(Controlada Indireta)					
(3) Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ⁽ⁱ⁾					
(4) Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽ⁱ⁾					

⁽ⁱ⁾ Refere-se a parcela do investimento da subsidiária COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros que voltou a fazer parte do Conglomerado Prudencial, passando a integrar as participações em sociedades controladas financeiras, tendo em vista a alteração de atividade e da denominação social.

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, anteriormente denominado Fundo de investimento em participações – FIP e transformado em Fundo de Investimento imobiliário conforme Assembleia Geral de Cotistas de 21 de dezembro de 2017, de titularidade da controlada MBEI, no montante de R\$ 47.352, decorrente do distrato ocorrido em setembro de 2015.

10.2. Imobilizado de uso

Movimentação dos bens do imobilizado de uso, líquidos da depreciação:

Descrição	Dez / 2017	Adições	Transferências		Baixas	Jun / 2018
			Entradas	Saídas		
Móveis e equipamentos em estoque	5.998	8.446	-	(5.967)	(2)	8.475
Imóveis de Uso	27.138	14	-	-	(8.907)	18.245
Instalações	74.039	6.328	-	-	(1.578)	78.789
Móveis e Equipamentos de Uso	45.602	2.479	463	-	(1.041)	47.503
Sistema de Comunicação	5.092	59	173	-	(87)	5.237
Sistema de Processamento de Dados	58.362	239	5.166	-	(340)	63.427
Sistema de Segurança	5.548	289	165	-	(46)	5.956
Sistema de Transporte	37	-	-	-	-	37
(-) Depreciação	(93.129)	(11.403)	-	-	2.880	(101.652)
Total	128.687	6.451	5.967	(5.967)	(9.121)	126.017

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 138 (R\$ 147 em junho de 2017) (vide nota nº 13.3.).

10.3. Intangível

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

Descrição	Dez / 2017	Adições	Transferências		Baixas	Jun / 2018
			Entradas	Saídas		
Software	111.583	9.065	5.377	(5.377)	(596)	120.052
Intangíveis em uso	104.210	2.749	5.377	-	(557)	111.779
Intangíveis em desenvolvimento	7.373	6.316	-	(5.377)	(39)	8.273
(-) Amortização	(71.628)	(6.781)	-	-	517	(77.892)
Total	39.955	2.284	5.377	(5.377)	(79)	42.160

11. CAPTAÇÕES

11.1. Depósitos

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Jun / 2018	Jun / 2017
Indeterminado	233.060	181.577	-	1.110	415.747	429.839
Até 30 dias	-	-	39.508	146.754	186.262	89.345
De 31 a 60 dias	-	-	-	20.256	20.256	66.367
De 61 a 90 dias	-	-	-	70.490	70.490	146.814
De 91 a 180 dias	-	-	-	182.180	182.180	520.451
De 181 a 360 dias	-	-	1.614	468.244	469.858	558.661
Acima de 360 dias	-	-	21.218	4.736.732	4.757.950	5.012.296
Total	233.060	181.577	62.340	5.625.766	6.102.743	6.823.773
Circulante	233.060	181.577	41.122	889.034	1.344.793	1.811.477
Não circulante	-	-	21.218	4.736.732	4.757.950	5.012.296

11.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Jun / 2018	Jun / 2017
Até 30 dias	8.479	30	3.529	12.038	5.542
De 31 a 60 dias	1.925	96	10.038	12.059	14.666
De 61 a 90 dias	7.194	9.595	622	17.411	13.832
De 91 a 180 dias	52.396	516	-	52.912	30.045
De 181 a 360 dias	146.845	20.137	-	166.982	314.175
Acima de 360 dias	57.372	7.885	4.642	69.899	174.085
Total	274.211	38.259	18.831	331.301	552.345
Circulante	216.839	30.374	14.189	261.402	378.260
Não circulante	57.372	7.885	4.642	69.899	174.085

11.3. Outras obrigações – Dívidas Subordinadas

São compostas como seguem:

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Saldos em US\$ mil		Saldos em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			Jun / 2018	Jun/ 2017	Jun / 2018	Jun/ 2017
Dívida Subordinada ⁽¹⁾	3º/2010	3º/2020	US\$ 250.000	9,63% a.a.	158.890	163.703	612.552	541.464
Total					158.890	163.703	612.552	541.464
Circulante					7.860	7.860	30.302	25.998
Não circulante					151.030	155.843	582.250	515.466

⁽¹⁾ Em julho de 2010, o Banco emitiu tranche do Tier II, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota nº 14.). O saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido de US\$ 250.000 para US\$ 155.383 devido a recompras realizadas que levaram em consideração a existência de excesso de margem não utilizada da referida emissão externa para fins de enquadramento de limites operacionais, as condições vantajosas para recompra dos títulos e os objetivos estratégicos da Instituição. Os saldos são objeto de *hedge accounting*, conforme notas nº 5.2.

11.4. Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Jun / 2018	Jun / 2017
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ^(I)	3º / 2016	3º / 2013	30.293	30.959	31.427
	3º / 2016	4º / 2023	7.258	7.393	7.481
	4º / 2016	4º / 2023	50.837	55.467	53.562
	1º / 2017	1º / 2024	16.883	19.006	17.715
	1º / 2017	2º / 2024	300	305	309
	2º / 2017	2º / 2024	21.417	22.637	21.836
	2º / 2017	3º / 2024	2.100	2.277	2.101
	3º / 2017	3º / 2024	6.690	7.106	-
	3º / 2017	4º / 2024	6.775	6.904	-
	4º / 2017	4º / 2024	61.447	63.487	-
	4º / 2017	1º / 2025	600	623	-
	1º / 2018	1º / 2025	12.522	12.863	-
	1º / 2018	2º / 2025	800	816	-
	2º / 2018	2º / 2025	16.202	16.361	-
2º / 2018	3º / 2025	2.980	2.981	-	
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar ^(II)	2º / 2018	Perpétua	300	303	-
Total				249.488	134.431
Circulante				8.380	2.415
Não circulante				241.108	132.016

^(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - possuem emissão indexada entre 120% a 130% da taxa CDI.

^(II) Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar - possui emissão indexada em 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13 monta em R\$ 235.260 (R\$ 118.054 em junho de 2017).

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais a pagar no montante de R\$ 11.296 (R\$ 16.838 em junho de 2017).

12.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar aos empregados e juros sobre capital próprio referente ao primeiro semestre de 2017.

12.3. Fiscais e previdenciárias

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.411	2.792
Provisão para impostos e contribuições sobre os lucros	16	-
Outros impostos e contribuições a recolher	22.487	24.444
Provisão para imposto de renda diferido	640	640
Total ^(I)	25.554	27.876
Circulante	25.542	27.236
Não circulante	12	640

12.4. Provisão e passivos contingentes

a) Provisão para outros passivos

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Provisões para riscos fiscais	111.896	119.627
Provisões para processos trabalhistas	109.960	107.881
Provisões para processos cíveis	36.264	42.437
Outras	311	327
Total – Não circulante	258.431	270.272

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referente aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
COFINS ^(I)	13.389	12.740
CSL ^(II)	13.701	13.398
INSS ^(III)	62.138	71.189
PIS ^(IV)	8.279	8.125
ISS ^(V)	13.934	13.825
Outros	455	350
Total – Não circulante	111.896	119.627

^(I) Referem-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros.

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2017	109.295	117.140	40.325
Constituições / (Reversões)	(44)	9.347	16.641
Atualização Monetária	1.527	4.833	393
Liquidações	-	(21.360)	(21.095)
Atualização de Depósitos	1.118	-	-
Saldos em 30/06/2018	111.896	109.960	36.264
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.2.)	97.784	102.918	19.883

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 1.066 (R\$ 1.009 em junho de 2017). As ações tributárias totalizaram R\$ 10.654 (R\$ 11.353 em junho de 2017).

Além das ações contingentes, de naturezas cíveis e tributárias, acima referidas, o Banco estava sujeito ao pagamento de possíveis indenizações fixadas no Contrato de Alienação Societária da Cia de Seguros Minas Brasil, atual Zurich Participações e Representações Ltda, relativamente a reembolso de sinistros ocorridos e pendentes de pagamento à época do fechamento do negócio. Para solucionar tais questões, o Banco, em atenção ao que prevê o contrato e após notificações encaminhadas, entendeu por bem instaurar Procedimento de Arbitragem junto à Câmara de Comércio Brasil-Canadá. No segundo semestre de 2015, as partes transacionaram e chegaram a um acordo em relação à totalidade da controvérsia objeto do procedimento arbitral, cuja provisão, em junho de 2018, monta em R\$ 2.602 (R\$ 3.009 em junho de 2017).

12.5. Credores diversos - País

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	62.426	72.271
Provisão para despesas administrativas	33.949	33.466
Operações de crédito consignado a processar	2.708	1.888
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de credito	8.128	12.619
Outros	29.445	26.466
Total – Circulante	136.656	146.710

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O Capital social é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

a) Capital social – de domiciliados no país

Ações	Jun / 2018		Jun / 2017	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	26.262.082	246.864	26.262.082	246.864
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	46.100.000	433.340	46.100.000	433.340
Ordinárias – Aumento de Capital Realizado	6.315.790	59.368	-	-
Total	52.415.790	492.708	-	-
Valor nominal em reais	9,40		9,40	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168º da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações.

b) Aumento de Capital

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 07 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social, no valor de R\$ 60.000, mediante subscrição privada de 6.315.790 novas ações ordinárias escriturais, ao preço de emissão de R\$ 9,50 por ação, com valor nominal de R\$ 9,40 por ação, sendo R\$ 59.368 incorporados ao capital social e R\$ 632 registrados em Reserva de Capital, até posterior deliberação. O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado e até o fechamento das Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2018 encontrava-se em processo de homologação pelo Bacen. Em 17 de agosto de 2018, o Bacen comunicou a este Banco a homologação de referido aumento de capital, nos termos do Ofício 16.649/2018 – BCB/Deorf/GTBHO, conforme divulgado ao mercado em fato relevante de 17 de agosto de 2018. Informações adicionais estão disponíveis no site da Companhia (www.mercantildobrasil.com.br), no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

13.2. Reservas de capital e de lucros

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Reserva de capital ^(I)	43.375	42.743
Reservas de lucros	267.531	237.030
Reserva legal ^(II)	63.547	61.364
Reservas estatutárias ^(III)	203.984	175.666

^(I) São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações e de subvenções para investimentos.

^(II) Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

^(III) Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Não foram declarados juros sobre o capital próprio no primeiro semestre de 2018 e 2017.

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Lucro líquido dos semestres	27.524	10.113
Realização de reservas de reavaliação	4	4
Ajuste de provisão – Resolução CMN nº 4.512/16	-	(2.113)
Total a ser destinado	27.528	8.004
Reserva legal	1.376	506
Reservas estatutárias	26.152	7.498
Para aumento de capital	23.537	6.748
Para dividendos futuros	2.615	750

13.3. Reservas de reavaliação

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, da Instrução CVM nº 469/08, o Banco e Controladas optaram por manter, até a sua efetiva realização, os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, inclusive as reavaliações reflexas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial. Atualmente, o saldo da reserva de reavaliação oriunda das reavaliações refere-se aos imóveis da controlada Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., que monta em R\$ 138 (R\$ 147 em junho de 2017).

14. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 9,250% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, até dezembro de 2017 e 8,625% a partir de janeiro de 2018. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% a partir de janeiro de 2017; e de Capital Principal de 4,5% desde outubro de 2013. Para 2018, ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 1,875%.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	1.028.902	999.419
b) Patrimônio de Referência Nível I	570.348	595.163
b.1) Capital Principal – CP	569.028	593.945
b.2) Ajuste Participações de não controladores Nível I	1.320	1.218
c) Patrimônio de Referência Nível II	458.554	404.256
c.1) Dívidas Subordinadas/LFs Subordinadas	456.793	402.632
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.761	1.624
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	6.388.498	6.942.010
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA _{cpad}	5.101.854	5.853.200
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA _{mpad}	3.489	2.415
d.3) RWA Para Risco Operacional Por Abordagem Padronizada - RWA _{opad}	1.283.155	1.086.395
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 9,250% até janeiro 2017 e 8,625% a partir de janeiro 2018)	551.008	642.136
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	477.894	357.283
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0% desde janeiro de 2015)	383.310	416.521
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	187.038	178.642
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o Rwa (i = d x 4,5%)	287.482	312.390
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	281.546	281.555
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	104.962	7.446
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o Rwa e para R_{ban} (l = e + k)	655.970	649.582
m) Margem sobre o PR Considerando a R _{ban} (m = a - l)	372.932	349.837
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 1,250% no ano de 2017 e 1,875% a partir de janeiro de 2018)	119.784	86.775
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	16,11	14,40
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	8,93	8,57
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	8,91	8,56

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 20,72% (24,52% em junho de 2017).

14.1. RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site, www.mercantildobrasil.com.br, na área de Relação com Investidores (RI).

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

15.1. As transações com as partes relacionadas são realizadas com os prazos, condições e taxas aplicáveis em conformidades e condições gerais de mercado, considerando ausência de risco.

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS			
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Valores a receber de ligadas	Depósitos Totais	Recursos de aceites e emissão de títulos	Operações compromissadas	Outras Obrigações
Junho de 2018						
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	-	117	610	-	4.604	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	-	15	83	-	10.522	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	-	3	28	-	4.400	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	256.601	352	2.291	-	9.411	-
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	-	2	3.105	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	-	22	12.310	-	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ⁽¹⁾	-	30	25.624	-	-	-
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ^{(1)(**)}	-	-	418	-	-	-
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^{(1)(*)}	-	10	22.139	-	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	-	3	4.059	-	-	9
Outros ^(II)	-	-	122.100	13.966	-	303
Total	256.601	554	192.767	13.966	28.937	312

Empresas	ATIVOS		PASSIVOS			
	Aplicações interfinanceiras de liquidez	Valores a receber de ligadas	Depósitos Totais	Recursos de aceites e emissão de títulos	Operações compromissadas	Outras Obrigações
Junho de 2017						
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	-	94	1.155	-	18.564	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	-	25	82	-	9.126	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	-	5	31	-	4.789	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	389.092	395	3.097	-	10.175	-
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	-	2	1.237	-	-	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	-	14	12.055	-	-	-
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ⁽¹⁾	-	49	31.342	-	-	-
SANSA – Negócios Imobiliários S.A. ^{(1)(**)}	-	1	758	-	-	-
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^{(1)(*)}	-	6	5.531	-	-	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	-	7	6.089	-	-	9
Outros ^(II)	-	-	49.711	7.622	-	-
Total	389.092	598	111.088	7.622	42.654	9
⁽¹⁾ Controladas direta e indiretamente						
^(II) Controladores e pessoal chave da administração						

Receitas / (Despesas)				
Empresas	Jun / 2018		Jun / 2017	
	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)	Resultado da intermediação financeira	Outras receitas / (despesas)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ^(I)	(616)	486	(867)	384
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(I)	(373)	81	(573)	161
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ^(I)	(135)	16	(260)	33
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ^(I)	11.536	2.226	17.457	2.404
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ^(I)	(97)	13	(69)	11
Mercantil do Brasil Leasing S.A. ^(I)	-	-	(1.273)	146
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(I)	(444)	58	(669)	91
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ^(I)	(758)	184	(1.514)	295
SANSA - Negócios Imobiliários S.A. ^{(I)(**)}	(16)	2	(45)	6
COSEFI - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ^{(I)(*)}	(686)	61	(307)	40
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(I)	(127)	(37)	(337)	(8)
Outros ^(II)	(4.080)	-	(3.580)	-
Total	4.204	3.090	7.963	3.563
^(I) Controladas direta e indiretamente				
^(II) Controladores e pessoal chave da administração				
^(*) Denominação social anterior: COSEFI – Companhia Estipulante de Seguros, alterada pela AGE de 01/09/2017				
^(**) Denominação social anterior: SANSA – Serviços e Negócios Imobiliários S.A., alterada pela AGE de 04/12/2017				

15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Até 30 de junho de 2018, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em fundo exclusivo de ações**

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	11.533	11.620
Remuneração fixa	11.533	11.620

- Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.596/17.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; e Auxílio-Funeral; Pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2018, o grupo patrocinador mantinha 25 (27 em junho de 2017) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 565 (570 em junho de 2017) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 560 (R\$ 688 em junho de 2017).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 5,5605% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 3,61% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 8,0557% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de junho de 2018, elaborado com base nas demonstrações financeiras até maio de 2018, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Obrigação de benefício definido	(37.601)	(36.315)
Valor justo do ativo do plano	17.992	18.981
Déficit Líquido	(19.609)	(17.334)

A partir de 1º de janeiro de 2016 os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido passaram a ser reconhecidas na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.424/15, cujo saldo monta em R\$ 9.565 (R\$ 6.792 em 30 junho de 2017).

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2017	16.876
Juros sobre o valor justo do ativo	684
Fluxos de caixa	(2.420)
Benefício pago pelo plano	(2.091)
Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	(329)
Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	2.852
Rendimento do valor justo do ativo do plano	2.852
Saldo em 30/06/2018	17.992
Saldo em 30/06/2017	18.981

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2017	(38.831)
Custo do serviço	(2)
Custo do serviço corrente bruto	(2)
Custo dos juros	(1.665)
Fluxos de caixa	2.091
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	2.091
Redimensionamento da obrigação	806
Efeito da alteração de premissas financeiras	709
Efeito da experiência do plano	97
Saldo em 30/06/2018	(37.601)
Saldo em 30/06/2017	(36.315)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	40.387
Premissa da análise	4,56%
2. Taxa real de desconto +1,0%	35.151
Premissa da análise	6,56%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	38.341
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	34.423
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano - poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

17. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

17.1. Rendas de operações de crédito

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Rendas de empréstimos e títulos descontados	961.901	1.082.748
Rendas de financiamentos	15.599	12.363
Rendas de financiamentos rurais	22.956	2.615
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	43.362	42.393
Total	1.043.818	1.140.119

17.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Depósitos	180.953	355.151
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	22.581	39.458
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	937
Operações compromissadas	5.716	14.912
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	100.591	37.205
Outras	5.448	8.574
Total	315.289	456.237

⁽¹⁾ As variações da receita/(despesa) de dívida subordinada decorrem, basicamente, da variação cambial ocorrida no período.

18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Administração de fundos de investimentos	708	1.120
Cartão de crédito	3.397	4.980
Cobrança	4.272	5.217
Custódia	238	253
Garantias prestadas	1.333	1.809
Outros serviços	4.469	3.744
Rendas de serviços prestados a ligadas	274	487
Comissão de seguro	19	15
Serviços de arrecadação	1.079	1.163
Serviços prestados	4.628	2.884
Tarifas bancárias – conta corrente	104.930	98.657
Total	125.347	120.329

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	11.959	12.032
Proventos de funcionários	91.819	91.941
Benefícios	32.916	31.774
Encargos sociais	36.385	40.220
Indenizações	11.330	16.316
Contingências	4.019	9.909
Total	188.428	202.192

O gasto com a remuneração dos administradores foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária datada de 20/04/2018, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 23.817.

18.3. Outras despesas administrativas

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Água, energia e gás	5.114	4.760
Aluguéis	30.900	29.702
Amortização e depreciação	18.184	15.191
Arrendamento de bens	5.398	7.389
Comunicações	6.159	4.847
Materiais, manutenção e conservação de bens	10.233	10.148
Processamento de dados	33.578	32.476
Propaganda e publicidade	4.455	1.229
Publicações	1.240	1.143
Serviços de terceiros	83.628	91.694
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito (vide nota nº 9.2.)	42.852	75.028
Serviços do sistema financeiro	6.384	5.989
Transportes	10.597	6.998
Outras despesas administrativas	12.158	13.807
Total	270.880	300.401

18.4. Despesas tributárias

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
ISSQN	6.659	6.081
COFINS	39.043	42.506
PIS/PASEP	6.344	6.907
Outros tributos	3.713	2.849
Total	55.759	58.343

18.5. Variações monetárias ativas

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
COFINS / FINSOCIAL	142	526
Contribuição Social / Imposto de Renda	423	66
INSS	17	31
Precatórios a receber	402	635
Atualização de depósitos judiciais	3.728	3.919
Variação cambial de ativos no exterior	-	2.983
ISSQN	-	2.352
Outros	172	842
Total	4.884	11.354

18.6. Outras receitas

Referem-se, substancialmente, a outras rendas de cessão de crédito, ressarcimento de custos de portabilidade decorrente de operações de créditos transferidas para outras instituições financeiras, remuneração adicional referente contrato de distribuição de seguros.

Em junho de 2017 referem-se, também, ao ajuste contábil de precatório.

18.7. Descontos concedidos

Refere-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de créditos renegociadas e em recuperação judicial no período.

18.8. Despesas de caráter eventual

Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

18.9. Outras despesas

Referem-se, substancialmente, a despesas incorridas decorrentes do direito de pagamento de benefícios previdenciários realizados aos aposentados e pensionistas no montante de R\$ 59.633 (R\$ 46.229 em junho de 2017), despesas compensatórias sobre repasses de recursos para pagamentos de benefícios do INSS no montante de R\$ 4.272 (R\$ 7.159 em junho de 2017); eventuais glosas de recebimento de operações de crédito consignado no montante de R\$ 8.610 (R\$ 1.657 em junho de 2017) e despesas de portabilidade decorrente de operações de créditos recebidas de outras instituições financeiras no montante de R\$ 1.355 (R\$ 703 em junho de 2017). Em 2017 refere-se, também, às despesas incorridas pela controlada BMI, no montante de R\$ 24.496, decorrentes de restituição das quantias integralizadas pelos subscritores, com a remuneração dos títulos investidos, em cumprimento às disposições do artigo 3º, inciso VII, alínea "a", da Resolução nº 2.027/93, tendo em vista que o respectivo aumento de capital foi indeferido pelo Banco Central do Brasil.

19. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	Jun / 2018	Jun / 2017
Receita de atualização créditos a receber – alienação de bens não de uso	958	-
Lucros/(Prejuízos) na alienação de valores e bens	(3.421)	(16.456)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(26.469)	(6.764)
Outras	(706)	524
Total	(29.638)	(22.696)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	Jun / 2018		Jun / 2017	
	IR	CSL	IR	CSL
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	65.198	65.198	18.836	18.836
(-) Participações dos empregados no lucro	(5.002)	(5.002)	(3.542)	(3.542)
Base de cálculo	60.195	60.195	15.294	15.294
Alíquota nominal	25%	20%	25%	15%
Receita / (Despesa) nominal	(15.049)	(12.039)	(3.824)	(2.294)
Ajustes à despesa nominal referentes à:	2.980	(7.157)	2.379	(1.936)
Resultado de participações em coligadas e controladas	1.131	905	1.948	1.169
Despesas indedutíveis	(870)	(342)	(968)	(224)
Outras adições / exclusões permanentes	2.772	2.190	989	572
Outras diferenças temporais	(53)	(98)	27	1.637
Ajuste de investimento no exterior	-	-	383	230
Efeito tributário da CSL – Lei nº 13.169/15	-	(9.812)	-	(5.320)
Constituição/(Realização) de créditos tributários ativados	-	(10.249)	-	(5.167)
Ajustes temporais à alíquota de 15% para 20%	-	437	-	(153)
Deduções dos incentivos fiscais⁽¹⁾	300	-	63	-
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	-	-
Receita / (Despesa) com IRPJ e CSL	(11.769)	(19.196)	(1.382)	(4.230)
Total	(30.965)	(30.965)	(5.612)	(5.612)

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, monta em R\$ 220.751 (R\$ 235.736 em junho de 2017).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 250.199 (R\$ 281.234 em junho de 2017).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possui essa modalidade de acordo.
- e) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Resolução CMN nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Não há previsão de quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN nº 3.853/10 e a Carta Circular Bacen nº 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

O Banco Mercantil do Brasil S.A disponibilizou em 29 de março de 2018 suas demonstrações financeiras em IFRS referente à 31 de dezembro de 2017 no site www.mercantildobrasil.com.br, na área de Relação com Investidores (RI) e na CVM. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2017 as reconciliações entre o resultado e patrimônio líquido são consistentes com aquelas apresentadas no mesmo padrão das demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2016.

22. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Mercantil do Brasil gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo, expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no site www.mercantildobrasil.com.br.

A seguir, é apresentada de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante

utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta das Diretorias de Crédito e de Gestão de Crédito, que possuem todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no Mercantil do Brasil contempla fatores internos como a análise da evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito, são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Mercantil do Brasil tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

O grupo Mercantil dispõe também de Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades e procedimentos para tratar as situações extremas.

A Instituição possui dois modelos – “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece estatísticas de entrada e saída dos produtos ativos e passivos.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, Letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição. O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

O modelo de risco de mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco e do cálculo do valor em risco V@R, são realizados testes de stress de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Também é realizado o *back-test*, que consiste na averiguação de uma amostra de retornos da ocorrência de um número de perdas superiores ao V@R conforme o nível de confiança escolhido.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento hedge para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de hedge consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação das áreas e processos críticos para, por meio de uma gestão efetiva, controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles e direcionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação dos riscos, a avaliação dos controles e estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa, consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAOPAD está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa. Além disso, tendo em vista o papel social desempenhado pelos bancos, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foram aprimoradas no início do relacionamento com o cliente, os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Mercantil do Brasil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis socioambientalmente.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.

RODRIGO ALEXANDER PIZZANI QUEIROZ
Diretor Executivo

ANDERSON GUEDES INOCÊNCIO
Contador CRC MG nº 077029/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado prudencial, das mutações do patrimônio líquido prudencial e dos fluxos de caixa prudencial para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa prudencial para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – "Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 9 de agosto de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 – “Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras” às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional

do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2018.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP0000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2